

A INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL DE AUTISTAS: LIMITES E POSSIBILIDADES NO RELATO DAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS MATRICULADAS NUMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA

Rosângela Cardoso da Silva ¹
Lise Mary Soares Souza ²

RESUMO

O interesse pela temática da inclusão tem origem na minha experiência de vida duplamente atravessada pelo autismo. Sou mãe de um adulto, dentro do espectro, e professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), atuando na escola pública. Essa circunstância favoreceu substancialmente uma relação dialógica com os familiares dos meus alunos. Admitida no mestrado, concentrei-me na problemática: como se dá a inclusão escolar e social de crianças autistas, considerando os limites e as possibilidades para sua efetivação. O objetivo geral deste estudo foi investigar, na perspectiva das famílias de crianças autistas matriculadas numa escola da rede pública municipal de Fortaleza, as suas concepções e experiências acerca dos limites e possibilidades para a efetivação da inclusão escolar e social. Os objetivos específicos: identificar os impactos do diagnóstico de autismo nas famílias; conhecer o que entendiam por inclusão; analisar o que apontavam como dificuldades e possibilidades, a partir de suas experiências, para que se efetivasse a inclusão escolar e social. A pesquisa, de natureza qualitativa, dispôs de estudos bibliográfico, documental e de campo, com base nos pressupostos epistemológicos e filosóficos, de fundamentação teórica e prática cotidiana. A coleta de dados se deu a partir da observação direta e entrevistas semiestruturadas, consonante à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O materialismo histórico e dialético foi o método tomado para a análise de dados. Os resultados apontaram para situações de estresse familiar frente às dificuldades de acessibilidade aos serviços de diagnóstico e acompanhamento terapêutico; não saberem lidar com os comportamentos disruptivos provocados pela hipersensibilidade sensorial e sobrecarga emocional, gatilhos para as crises; e o alto custo das novas demandas trazidas pelo autismo. Outrossim, as lutas cotidianas foram citadas como símbolo de resistência e a escola, apesar dos tensionamentos, foi considerada um espaço com potencial inclusivo.

Palavras-chave: Autismo, Família, Inclusão escolar e social.

¹ Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará - UECE, rocarsi@yahoo.com

² Doutora, professora orientadora do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará - UECE, lise.souza@uece.br

INTRODUÇÃO³

O autismo se constitui um conceito ainda em construção. Há quem se refira a essa condição como “autismos” no plural, uma vez que é tomado sob múltiplos olhares. Não há marcadores biológicos que o identifiquem e os critérios diagnósticos, bem como sua nomenclatura, tem mudado ao longo dos anos. Não há consenso, na comunidade científica, quanto à etiologia. Para todos os efeitos legais, passou a ser considerado deficiência a partir da lei nº 12.764/12, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Maior (2015) destaca o conceito de deficiência como um constructo social materializado nas barreiras de acessibilidade. Isso denota que, para além da aparência, essa condição humana está diluída num contexto muito mais amplo acercado de intencionalidades, ideologias, correlação de forças, padrões culturais, vieses econômicos, políticos. Profundamente imbricado na sociedade do capital, trata-se de um fenômeno social, uma expressão da questão social (PASTORINI, 2004).

O interesse pela temática da inclusão escolar e social de pessoas com deficiência, tem sua gênese na minha experiência pessoal e profissional. Sou mãe de um rapaz, hoje com 22 anos de idade e que pouco antes de completar 3 anos, foi diagnosticado com a Síndrome de Asperger. Àquela época, eu já atuava como professora, mas não tinha nenhum conhecimento de que se tratava de autismo numa forma mais leve. Aquilo contrariava minha visão estereotipada que concebia o autista na perspectiva de alguém preso no seu próprio mundo, com o olhar fixado no vazio e num movimento isócrono de vaivém. Precisei desconstruir esse conceito.

Frente à descoberta, eu e minha família, tivemos que assumir diferentes tomadas de decisão frente aos desafios diários para conhecer meu filho em suas necessidades e estabelecer conexões. Muitas foram as providências no sentido de conciliar estudos, trabalho e rotina de cuidados e atendimento às novas demandas advindas do diagnóstico. Tive muito apoio e ainda assim não se constituiu uma tarefa das mais fáceis.

Atualmente, ele está no último semestre da graduação em educação física e desenvolvendo sua autonomia, ou seja, transitando, ao seu modo, dentro do espectro. Por ser autista necessita do suporte adequado à sua condição. Mas o “ser autista” é só mais um atributo, onde há outros tantos capazes de caracterizá-lo como uma pessoa.

³ Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social - MASS - Universidade Estadual do Ceará em parceria com o Programa Observatório da Educação da Secretaria Municipal de Educação do município de Fortaleza.

Eu ingressei no rol das famílias atípicas, como outras mães, preocupada com o que a sociedade pode fazer com essa informação. Não demorou para eu entender que, no contexto de um sistema social excludente, era preciso lutar contra a opressão e exclusão ao ser considerada desviante dos padrões de “normalidade” impostos como modelo.

Como professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), numa escola da rede municipal de Fortaleza, pude dialogar com as famílias de meus alunos com autismo. Percebi que se estabelecia uma espécie de relação identitária, que curiosamente nos aproximava. Encontrei ali a condição adequada para o desenvolvimento de minha pesquisa no curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará.

O objetivo geral consistiu em investigar, na perspectiva das famílias de crianças autistas matriculadas numa escola da rede pública municipal de Fortaleza, as suas concepções e experiências acerca dos limites e possibilidades para a efetivação da inclusão escolar e social. Outrossim, propus como objetivos específicos: identificar, no contexto das famílias pesquisadas, quais os impactos do diagnóstico de autismo em suas vidas; conhecer o que entendem por inclusão escolar e social de autistas e o que consideram importante para que se concretizem; analisar o que apontaram como dificuldades, a partir de suas experiências, para que se efetive os processos de inclusão.

Considerarei as seguintes hipóteses, para fins desta pesquisa: as famílias, quando recebem o diagnóstico de autismo são impactadas de diferentes formas. Do ponto de vista emocional, atravessam o luto simbólico pela perda do filho idealizado. Nas questões ligadas à dinâmica familiar, necessitam adaptar rotinas de cuidados frente às novas demandas provocadas pelo comportamento autístico. Há uma sobrecarga no cuidar e suprir a subsistência, situações marcadas pelo estresse; as famílias atípicas precisaram se articular num movimento de luta pela inclusão de direitos. As redes sociais se constituíram ambientes de pesquisa e troca de experiências reforçando uma ampla campanha pela consciência da causa em favor da comunidade autista, exercendo pressão popular por políticas públicas; os processos de inclusão escolar e social de crianças autistas, podem ser obstaculizados quando de sua aplicabilidade, pois existem barreiras de acessibilidade às redes de apoio intersetoriais, bem como atitudes capacitista que incrementam o preconceito e a discriminação.

Optei pela pesquisa de natureza qualitativa, por compreender que melhor se aplica para responder aos objetivos propostos. Além dos estudos bibliográfico e documental,

desenvolvi a pesquisa de campo e o método de análise foi o materialismo histórico dialético de Marx.

Os resultados obtidos confirmaram que o autismo impacta na vida das famílias antes mesmo de ser identificado formalmente através de um laudo diagnóstico. Elas precisaram lidar com os primeiros sinais e com os comportamentos disruptivos, sem orientação ou acompanhamento em longas filas de espera para o atendimento clínico. De posse desse documento, que supostamente abriria portas, o fenômeno da espera inicia um novo ciclo, desta feita pelo conjunto de terapias prescritas, que devem acontecer “precocemente”, sob pena de comprometer o desenvolvimento da criança. Não é incomum os casos em que se configura a comorbidade, onde o autismo está associado a outras condições patológicas que merecem atenção.

Num outro polo as famílias demonstraram que têm ido do luto simbólico pela perda do filho idealizado, à luta por melhor qualidade de vida. Buscaram nas redes sociais o apoio para se afirmarem coletivamente, ainda que esse alcance não chegasse a todos. Conhecer sobre o autismo e trocar experiências, os colocaria na posição de partícipes nos processos de enfrentamento das adversidades. O autismo, por sua complexidade, se constitui um espectro para além do diagnóstico. Trata-se de um fenômeno social, uma expressão da questão social.

METODOLOGIA

Para responder aos objetivos aqui propostos, optei pela pesquisa qualitativa, por entender que é o procedimento metodológico que melhor se propõe a elucidar essas questões. Minayo (2002), assim define como se caracteriza a pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2002, p. 21 e 22)

Cabe salientar, ainda, que muito embora houvesse a necessidade de delimitação do tema com fins de aprofundá-lo, tentei fazê-lo sem perder de vista a atenção às relações estabelecidas entre essas famílias e o contexto social, econômico e cultural do qual fazem parte. Sobretudo, no que diz respeito aos impactos que a condição do autismo vem provocando em suas vidas.

Em função da minha vivência como professora que lida diretamente com famílias de crianças autistas, entendo que me foi oportuno o movimento de escuta acerca de como essas famílias lidam diariamente com situações diversas e adversas. Como se comportam no enfrentamento de barreiras de acessibilidade impostas pela sociedade do capital, que por si é excludente. Quis desvelar, à luz da compreensão, como essas famílias têm conseguido lidar com os limites e as possibilidades da inclusão escolar e social de suas crianças.

Os três tipos de pesquisa: bibliográfica, documental e a de campo, foram utilizadas para compor a dissertação. A pesquisa de campo, como versa Severino (2013)

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos. (SEVERINO, 2013, p. 107)

Como explica o autor, a pesquisa de campo ocorre no meio ambiente próprio em que se desenvolvem os fenômenos que devem ser capturados sem a interferência ou manuseio por parte do pesquisador. Ao tratar da sistemática da coleta de dados, Tuzzo & Braga (2016, p. 141) destacam que:

[...] a construção de uma metodologia na área das Ciências Sociais já está consolidada pela ideia de multimétodos, não cabendo mais a busca de um resultado somente por um viés de pesquisa. Assim se firma aqui a ideia de triangulação, de olhares múltiplos, de buscas diversas que se complementam, mas que também podem se firmar somente no eixo qualitativo. (TUZZO & BRAGA, 2016, p. 141)

Compreendo que a utilização de multimétodos representa uma escolha mais assertiva frente à necessidade de ampliar as possibilidades na obtenção de um rico repertório informativo. Nesse sentido, o processo de coleta de dados partiu do emprego da observação direta, devido à minha “proximidade” com o locus da pesquisa. Optei ainda pela realização de entrevistas semiestruturadas, a partir do roteiro de entrevista.

A minha intenção como pesquisadora, era de que eles se sentissem à vontade para falar, contar suas experiências, suas percepções, sem se limitar a responder objetivamente ao que era perguntado. Dessa maneira, pude apreciar uma grande força argumentativa. Ao se reportarem às suas vivências, o fizeram com muita expressividade, sedimentando emoção naquele dialogar.

Para não perder nenhum dado, utilizei o aparelho celular na gravação dos áudios com os relatos dos participantes para posterior transcrição. As entrevistas ocorreram no período de um mês, mais especificamente, entre dezembro e janeiro de 2023.

Realizadas as transcrições dos áudios com os relatos das famílias, separei os temas abordados, conforme as perguntas disparadoras. Utilizei como critério a aproximação desses tópicos com as categorias de análise, organizando-os em eixos temáticos. Assim foi possível distribuir as falas obtidas na pesquisa de campo de maneira a confrontá-las com os referenciais teóricos e poder desenvolver uma análise interpretativa daquela realidade.

Os encontros foram realizados nas residências das famílias, à exceção de uma das mães, que recepcionei em minha residência. Atuo profissionalmente na rede municipal de Fortaleza, o que me favoreceu a observação direta por estar em contato com as famílias de crianças autistas matriculadas na escola selecionada para a pesquisa. Por essa razão, procurei tomar cautela, enquanto pesquisadora, a fim de manter uma postura investigativa que não viesse a comprometer o rigor científico na coleta e apreciação desses dados.

Fundamentei esta prática, no método do materialismo histórico dialético de Marx. Netto (2011), explica sobre o método de Marx

Para Marx, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa. Marx, aliás, caracteriza de modo breve e conciso tal processo: na investigação, o sujeito "tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas" (Marx, 1968, p. 16 apud Netto, 2011, p.25).

Nesse sentido, a pesquisa partiu da investigação do que está posto na realidade concreta, obtida a partir dos relatos das famílias. Constituiu-se de grande importância a apropriação dos elementos da sua historicidade, das relações estabelecidas e dos impactos dessas relações, das mediações e contradições intrínsecas a essa realidade em movimento.

Levei em consideração para a minha análise os contextos social, econômico e cultural que definem os perfis destas famílias, suas relações com a escola, suas necessidades e demandas (dentre as quais aquelas diretamente relacionadas à questão do autismo), suas relações com as redes de apoio, suas relações com o mercado, com o terceiro setor e filantropia, suas relações com o Estado.

Esta pesquisa, por envolver seres humanos, foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Utilizei, junto às famílias participantes, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi devidamente assinado pelas mesmas. A pesquisa foi aprovada, por não possuir impedimentos éticos, conforme parecer consubstanciado do CEP nº 6.594.838.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o advento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), as crianças com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação passaram a ser matriculadas nas salas de aula comum do ensino regular.

Nesse contexto, a escola se constituiu cenário onde as relações sociais alcançaram um contingente da população que, outrora, estava excluído e/ou inserido em um sistema educacional segregacionista e/ou integracionista. A inclusão escolar, na perspectiva do direito inalienável à educação para todos, trouxe consigo a necessidade do compromisso com a eliminação das barreiras de acessibilidade ao desenvolvimento das pessoas com deficiência. Barreiras estas construídas pela e na sociedade.

No contexto da rede municipal de ensino de Fortaleza, houve nos últimos anos um considerável aumento no número de matrículas de alunos que compõem o público alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que consiste nas crianças com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação. Observou-se, ainda, que os autistas representavam uma demanda maior, o que me impulsionou a delimitar minha pesquisa neste grupo.

O meu interesse com a investigação foi justamente identificar os limites e as possibilidades para efetivação dos processos inclusivos, tanto escolar quanto social, a partir das experiências das famílias de crianças no espectro autista.

Nesse sentido dialoguei com diferentes teóricos fazendo uso de livros, artigos científicos e outras produções acadêmicas a partir das quais aprofundi os estudos através de leituras e fichamentos. Tomei os autores a seguir, para fundamentar teoricamente as categorias postas para análise, a saber: autismo, família, inclusão escolar e social.

Na categoria autismo, enquanto deficiência e fenômeno social, dialoguei com Diniz (2007), Maior (2015), Guerra (2021), Cunha (2021), Ortega (2010), Rios (2017),

Dourado (2012), Orrú (2012, 2020), Abreu (2022), Assumpção & Kuczynski (2015), Fávero-Nunes & Santos (2010), Erbet, Lorenzine e Silva (2015), Sulzbach (2019), Aydos (2019).

Na categoria família (dentro do espectro autista), trouxe Schmidt e Bosa (2003, 2007), Semensato, Schmidt e Bosa (2010), Misquiatti, Brito, Ferreira, Assumpção (2015), Garcia (2009), Werner (2018), Nunes (2015), Solomon (2013), Vianna (2017), Sprovieri (2015), Freitas (2020).

Na categoria inclusão escolar e social no contexto das contradições do sistema capitalista, lancei mão dos pensamentos de Mészáros (2008), Tunes (2003), Mantoan (2003), Carvalho (2004), Mendes (2006, 2019, 2020), Mito (2010), Netto (2001, 2011), Iamamoto (1998, 2014), Castelo (2010), Tavares (2009), Pastorini (2004), Pereira (2008).

Apropriei-me da legislação brasileira que dispõe sobre as políticas de inclusão das pessoas com deficiência para o aprofundamento dos estudos. Mais especificamente, a inclusão social e escolar de autistas, como é o caso específico da Lei nº 12.764/12, Lei Berenice Piana; a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e demais documentos que versavam sobre as políticas públicas de inclusão escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos desta pesquisa apontam que: as famílias passaram por dificuldades em obter atendimento clínico voltado à investigação do diagnóstico de TEA, frente aos primeiros sintomas observados nos comportamentos das crianças; de posse do laudo diagnóstico, ainda permanecem em longas filas de espera por atendimento terapêutico e medicamentoso prescritos pelo médico; como impactos do diagnóstico de autismo, experimentaram o luto simbólico, o isolamento social e o estresse causado pelas dificuldades em responder às novas demandas criadas pelo autismo e a lida com os comportamentos disruptivos das crianças em crises advindas da hipersensibilidade sensorial e sobrecarga emocional; encontraram dificuldades no processo de inclusão escolar em que discorreram sobre eventos conflituosos com a escola e a busca conjunta por soluções; apontaram a escola como uma instituição com a qual podem contar, apesar das adversidades, como espaço propenso à inclusão; empreendem uma luta cotidiana, apesar da frágil rede de apoio, pela melhoria na qualidade de vida de suas crianças e

buscam informação e troca de experiências com outros familiares de autistas nas redes sociais e canais da internet.

Em cada capítulo foram apresentadas as análises, amparadas nos referenciais teóricos tomados para a interpretação dos dados coletados. Apesar das categorias estarem separadas nos capítulos, para uma melhor organização das ideias, é importante ressaltar que a todo momento elas interagem nesta obra. Dialogam com a crítica dos autores e contextualizam com uma dimensão mais ampla de sociedade, na busca por alcançar o que está para além da aparência, como requer o método empregado.

No segundo capítulo, intitulado: autismo, um conceito em construção, faço referência aos múltiplos olhares acerca desta condição. Destaque é dado ao autismo enquanto deficiência e aos impactos trazidos pelo laudo diagnóstico às vidas das famílias.

No terceiro capítulo, intitulado: as famílias no espectro autista, abordo a questão do estresse familiar relacionado à sobrecarga do cuidar e lidar com novas demandas. No quarto capítulo, intitulado: inclusão de crianças autistas no “espectro” da questão social, apresento o autismo enquanto fenômeno social sob a ótica das lutas familiares pela efetivação dos processos de inclusão escolar e social no contexto da sociedade capitalista.

Os referenciais utilizados para este estudo foram selecionados a partir das categorias de análise “autismo”, “família” e “inclusão escolar e social”. Busquei dialogar com os autores acerca de seus pontos de vista e com os relatos proferidos pelas famílias participantes da pesquisa, de maneira a construir mediações e daí apresentar as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema que deflagrou o ponto de partida de minha investigação foi: “Como as famílias de crianças autistas, matriculadas numa escola da rede municipal de Fortaleza, têm experienciado os processos de inclusão escolar e social?” O que elas vivem, o que sabem e o que sentem? Considerarei que esses saberes são construídos a partir das suas vivências, leituras de mundo, leituras para se informar.

Mediante as análises desencadeadas em torno das informações suscitadas nesta pesquisa, é possível inferir sobre a estreita relação estabelecida entre os achados nos

pressupostos teóricos e na pesquisa de campo. O que os estudos demonstraram acerca do conceito de autismo em construção; as implicações do diagnóstico de autismo na vida das famílias; os poderes que são atribuídos ao laudo diagnóstico e seus vieses libertador e estigmatizante; as lutas das famílias por verem na prática a efetivação de direitos adquiridos, preconizados na legislação brasileira, mas ainda subjugados à fragilidade do sistema, enfim... os limites e as possibilidades de efetivação dos processos de inclusão escolar e social de crianças autistas, puderam ser constatados.

Cabe aqui pormenorizar o que se configurou limitante, na visão das famílias, acerca dos processos de inclusão propostos nesta investigação. As grandes dificuldades estavam ligadas ao fato de não poderem dispor de uma rede de apoio intersetorial que possibilitasse o atendimento clínico na rede de saúde para que, de posse do diagnóstico precoce, lhes fossem possibilitados os atendimentos necessários para o desenvolvimento de suas crianças. O fato de conseguirem, ainda que tardiamente, o laudo diagnóstico supervalorizado para a participação da criança no acesso às terapias com equipe multiprofissional, não foi o suficiente para que este serviço se tornasse disponível. Nenhuma das crianças realiza atendimento clínico e terapêutico sistemático para o acompanhamento de suas necessidades e desenvolvimento de suas potencialidades.

As famílias enfrentam o medo, o estresse e o isolamento social devido à falta de orientações para lidar com a sobrecarga do cuidar e lidar com novas demandas e situações que não conseguem administrar (SCHMIDT & BOSCA, 2003). O medo de enfrentar situações em que se configurem o preconceito e a discriminação, são apontados como elementos disparadores da sensação de insegurança, contribuindo para que não estejam em lugares públicos.

Temem o sofrimento que possa ser impingido às suas crianças, mediante uma sociedade que insiste em agir com intolerância e incompreensão mediante às diferenças que nada mais representam que a diversidade humana. Essas questões incidem diretamente nas relações com a escola. O aumento de matrículas de alunos autistas e a sua permanência em interação com outras crianças na sala de aula comum, constituem o pontapé inicial para que se processe a inclusão escolar. Contudo, é necessário definir estratégias e ações para que, de fato, o ensino chegue a todos, sem distinção, para que se promova realmente o papel fundamental da escola.

Nas experiências relatadas, as famílias apontaram para situações conflituosas em função de ambas, família e escola, não saberem lidar com os comportamentos das crianças autistas em algum momento. A estes episódios adversos se sucederam o enfrentamento e a busca pelo entendimento através do diálogo, nem sempre pacífico, mas revelador da necessidade de uma maior interação. O movimento de escuta e discussão, onde negociar o pressuposto do inegociável se fez presente em favor de uma maior compreensão acerca da problemática a que estavam expostos esses indivíduos.

Muito embora as famílias não tenham apontado essas questões como caracteristicamente excludentes, aos olhos da lei, o foram. Porém, não cabe jogar sobre a escola toda a responsabilidade de fazer a inclusão de autistas, quando há que se entender que o sistema educacional é confuso quando se declara ativo no favorecimento da inclusão escolar, mas está preso aos ditames da sociedade capitalista que, nem de longe, tem a intenção de ser inclusiva.

A possibilidade de se ter a inclusão escolar e social ou social e escolar, está na luta cotidiana, que no bojo do capital, se dá em função da conquista de algumas mudanças e benesses, sem, contudo, afetar a sua estrutura de poder e permanência (MÉSZÁROS, 2008). A escola é este campo de batalha e a educação escolar ainda é uma possibilidade para a compreensão deste processo e necessidade de luta e enfrentamento pela equidade. Trata-se de uma busca constante, que só é possível mediante a quebra de paradigmas excludentes, ações parceiras pautadas no diálogo e na colaboração entre todos os que, direta ou indiretamente, são responsáveis por disseminar a tolerância, o respeito e a competência para realizar a inclusão.

O intuito desta pesquisa, portanto, foi chamar a atenção para os limites e possibilidades da inclusão escolar e social de crianças autistas a partir das concepções e experiências das suas famílias. A investigação foi delimitada a uma unidade escolar da rede pública municipal de Fortaleza, contudo, há que se expandir esse estudo, ampliando as discussões. Um movimento de escuta e diálogo entre os participantes do processo de inclusão. Propor, enquanto estratégia, a realização de um grupo de estudos em que se possa encontrar apoio mútuo. Que fique claro que não se trata de atribuir à escola toda a responsabilidade por responder essas questões, mas, a oportunidade de pensar junto com as famílias e discutir ações importantes e fundamentadas na participação, de maneira que em união se compreenda a importância da inclusão escolar e social como uma luta de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 25 out. 2024.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024.

_____. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília (DF): 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 13 out. 2024.

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de deficiência.** São Paulo: Secretaria de Estado dos direitos da pessoa com deficiência, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital.** 2.ed . São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21 edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** São Paulo: Cortez, 2004.

SCHMIDT, Carlo; BOSA, Cleonice. A investigação do impacto do autismo na família: revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo de Interação. v. 7, n. 2, 2003. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/viewArticle/3229>. Acesso em: 14 abr.2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico [livro eletrônico].** São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_AntonioJoaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

TUZZO, Simone Antoniace; BRAGA, Claudomilson Fernandes. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 4. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/38>. Acesso em 16 mar. 2024.